

RELATÓRIO DE REUNIÃO DA COMISSÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM O SECRETÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GOIÁS, MARCOS CABRAL, REFERENTE PROPOSTA DE ACORDO PARA PAGAMENTO DE REPARAÇÃO CIVIL ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES MORTOS NO INCÊNCIO OCORRIDO NO CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE GOIÂNIA, EM 25 DE MAIO DE 2018.



Data: 28 de março de 2019

Local: Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Social, Marcos Cabral
Goiânia-Go.

Participantes:

- ✓ Secretário Marcos Cabral, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás
- ✓ Deputado Vinícius Cirqueira – Presidente da Comissão da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa de Goiás
- ✓ Deputado Amauri Ribeiro, Membro Titular da Comissão da Criança e Adolescente
- ✓ Deputado Jeferson Rodrigues, Membro Titular da Comissão da Criança e Adolescente
- ✓ Procuradora de Justiça Cláudia Marçal de Souza, Coordenadora da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual da Procuradoria Geral do Estado
- ✓ Defensor Público Tiago Gregório Fernandes, Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado
- ✓ Defensora Pública Bruna do Nascimento Xavier, Coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude de Goiânia
- ✓ Delegada Ana Elisa Gomes Martins, Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Goiânia
- ✓ Conselheiro Tutelar Rondinely Rodrigues Barbosa, representante dos Conselhos Tutelares do município de Goiânia

A Comissão da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa do Estado

de Goiás, em atendimento à deliberação aprovada durante a 1ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada dia 19 de março do corrente ano, esteve em Reunião com o Secretário de Desenvolvimento Social, Marcos Cabral, com o objetivo de viabilizar o acolhimento e efetivação de um acordo extrajudicial para indenização às famílias dos Adolescentes vitimados no Incêndio ocorrido no Centro de Internação Provisória de Goiânia – CIP, ocorrido em 25 de maio de 2018, conforme, proposta elaborada pela Defensoria Pública de Goiás, de Compromisso de Ajustamento de Conduta e Reconhecimento de Responsabilidade e Reparação Civil, bem como para encontrar soluções para a melhoria das condições físicas dos Centros de Internação do Estado e da capacidade de ressocialização dos mesmos.

O acordo extrajudicial proposto se refere a indenização individual e indenização por dano moral coletivo, em valores que girariam em torno de 200 mil reais, no caso das indenizações individuais e de cerca de 1 milhão de reais no caso do dano moral coletivo a ser revertido para o sistema socioeducativo.

O Secretário ressaltou a importância de contar com a parceria da Assembleia Legislativa para a discussão e busca de solução das questões apontadas e fez um breve relato das ações, já adotadas, pela Secretaria, para solução da precariedade das unidades de socioatendimento: processo licitatório para aquisição de colchões, alimentos, produtos de higiene, de limpeza, materiais pedagógicos e equipamentos de segurança; na esfera administrativa, composição de uma equipe, integrada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, para avaliação e apoio aos servidores do socioeducativo e remanejamento de pessoal e que a Pasta está empenhada em resolver os problemas apontados.

Com relação à proposta de acordo suscitada, afirmou que tem muito interesse e empenho para a rápida resolução, de forma a diminuir o sofrimento das famílias, mas que é necessário que sejam cumpridas as exigências legais e, para tanto, provocará uma Reunião com a Procuradora Geral de Justiça.

O Secretário não quis estabelecer uma data específica, mas determinou à sua assessoria que faça, com a maior brevidade possível, um trabalho de análise jurídica e da capacidade financeira do Estado, para que possa dar uma resposta sobre esse acordo o quanto antes.

O Presidente da Comissão, Deputado Vinícius Cirqueira diz que saiu da reunião esperançoso de que o Estado possa sinalizar para a disponibilidade em fechar o acordo extrajudicialmente. “Tudo depende muito do posicionamento que a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Economia vão tomar. Nós sabemos que existe uma calamidade financeira, mas há a possibilidade para uma contraproposta e o secretário foi atencioso e firmou conosco que, em breve, nos dará um veredito. Nossa esperança é que o caso não vá para a Justiça e nós possamos fazer essa reparação extrajudicial que é mais rápida, eficaz, e econômica para o próprio Estado”, destacou.